

Governo entrega 482 contratos de financiamento habitacional

Em Santo André, única cidade da região a aparecer entre contemplados, serão dois residenciais; Capital e Embu das Artes também receberão benefício

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação e a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) entregaram, nesta quarta-feira (29), 1.739 escrituras de financiamento de novas moradias para famílias de baixa renda dos Residenciais Reserva Raposo, Famma e Santa Rita (Lageado I), pelo Programa CCA (Carta de Crédito Associativo) – Imóvel na Planta. Também teve início a assinatura de 1.489 novos contratos de financiamento para famílias já habilitadas. Deste total de novos contratos, 482 são em Santo André.

Os contratos serão assinados para aquisição de unidades na planta nos empreendimentos Antônio Sampaio-Tucuruvi, Juá Mirim, Sapucaia, e SIM Sapopemba, na Capital; residenciais Pedro Américo e Ernesto Nazaré, em Santo André.

“Novas moradias que provêm de regularização de comunidades e também para gente retirar famílias do aluguel social, que foram retiradas de áreas de riscos”, disse Paulo Serra (PSDB), prefeito de Santo André. “É um programa importante, em uma parceria que já colocou quase 10 mil novas moradias na cidade”, completou.

Por meio do Programa Carta de Crédito Associativo, na modalidade Imóvel na Planta, o Estado concede financiamento a famílias com renda de até cinco salários mínimos, que preferencialmente recebem o auxílio moradia do Governo de São Paulo, oriundas de áreas de risco ou inscritas em editais públicos realizados pela CDHU. Os candidatos passam por processo de habilitação, assinam o contrato e na fase seguinte recebem a escritura do financiamento. “Hoje priorizamos as pessoas que vivem e áreas de risco, estamos focados em dar moradias dignas para elas. Este trabalho vai ser incansável pelos próximos quatro anos”, disse Marcelo Cardinale Branco, secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

Os imóveis terão valor máximo de crédito concedido pelo Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social de até R\$ 180 mil (base fev/2022) e serão financiados de acordo com os critérios da CDHU e das novas diretrizes das Políticas Habitacional do Estado, que preveem juro zero e comprometimento da renda de 20% com o pagamento das parcelas mensais do financiamento de até 30 anos. As famílias também ficarão isentas de encargos durante a fase de obras e o pagamento da primeira prestação vai ocorrer somente 30 dias após a entrega das chaves do imóvel pronto para morar.

Caberá ao Estado arcar com as despesas do financiamento, como ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis), registro do imóvel em cartório e seguro de morte ou invalidez permanente durante a obra. **da Redação**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades **Página:** 1